

PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM ATIVIDADES DE LAZER NO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE – SP

Social participation of people with disabilities in leisure activities in the municipality of Praia Grande – SP

Participación social de las PCD en actividades de ocio en el municipio de Praia Grande – SP

Anne Karen Aparecida Dias Santos

<https://orcid.org/0009-0000-6503-332X>

Universidade Federal de São Paulo, Graduação em Terapia Ocupacional, Santos, SP, Brasil.

Stella Maris Nicolau

<https://orcid.org/0000-0001-5348-2726>

Universidade Federal de São Paulo, Departamento de Saúde, Clínica e Instituições, Santos, SP, Brasil.

Resumo: Introdução: O direito das pessoas com deficiência (PcD) acessarem atividades de lazer e circularem com acessibilidade pela cidade é uma prerrogativa do modelo da deficiência baseado nos direitos humanos e consiste em um campo de intervenção da terapia ocupacional, que considera o engajamento em atividades de lazer como possibilidade de participação ocupacional. O objetivo é compreender como concebem e experimentam o lazer em suas vidas cotidianas no município litorâneo de Praia Grande. **Métodos:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com narrativas de dez pessoas adultas com deficiência, entre 18 e 59 anos. O gênero, a raça/etnia e as classes sociais são variados e apresentam diferentes impedimentos corporais. As narrativas foram gravadas, transcritas, editadas e, posteriormente, revisadas pelas PcD entrevistadas. **Resultados:** As narrativas revelam que as PcD consideram o lazer como ocupação significativa de recreação e entretenimento em suas casas e fora delas, mas enfrentam diversas barreiras para dele desfrutar, como, por exemplo, falta de companhia por terem uma rede relacional fragilizada e viverem em maior isolamento domiciliar, falta de recursos financeiros, falta de acessibilidade nos transportes, nas vias públicas e em espaços da cidade e barreiras atitudinais que se revelam em situações de discriminação e infantilização sofridas pelas PcD em suas experiências relacionais. **Discussão:** A falta de acessibilidade tem impactos profundos e prejudiciais, tanto física quanto emocionalmente, na vida das pessoas com deficiência, que foram agravados na pandemia da COVID-19 com as medidas de distanciamento social. **Conclusão:** Revelar a experiência das PcD em seu engajamento no lazer aponta a necessidade de efetivar nesse município uma acessibilidade plena para PcD, como consta na Lei Brasileira de Inclusão, promulgada há quase uma década no Brasil.

Palavras-chave: terapia ocupacional. Participação Social. Lazer. Pessoas com Deficiência. Planejamento de Cidades.

Abstract: Introduction: The right of people with disabilities to access leisure activities and move around the city with accessibility is a prerogative of the disability model based on human rights and consists of an intervention field of Occupational Therapy, which considers engagement in activities of leisure as a possibility for occupational participation of people with disabilities. The present research aims to understand how conceive and experience leisure in their daily lives in the coastal municipality of Praia Grande - Brazil. **Methods:** This is a qualitative, exploratory research, with narratives from ten adult people with disabilities, residing in the municipality, between 18 and 59 years old, of varying gender, race/ethnicity and social classes, and with different bodily impairments. The narratives were recorded, transcribed, edited and reviewed by the people with disabilities. **Results:** The narratives reveal that people with disabilities consider leisure as a significant occupation of recreation and entertainment in their homes and outside them, but face several barriers to enjoying it: lack of company due to having a weakened relational network and living in greater isolation at home, lack of financial resources, lack of accessibility in transport, on public roads and spaces in the city, attitudinal barriers (ableism) that are revealed in situations of discrimination and infantilization suffered in their relational experiences. **Discussion:** Lack of accessibility has profound and detrimental impacts, both physically and emotionally, on the lives of people with disabilities, which were exacerbated during the COVID-19 pandemic with social distancing measures. **Conclusion:** Revealing the experience in their engagement in leisure highlights the need to implement full accessibility for people with disabilities in this municipality as stated in the Brazilian Inclusion Law enacted almost a decade ago in Brazil.

Keywords: Occupational Therapy. Social Participation. Leisure. People with Disabilities. City Planning.

Resumen: Introducción: El derecho de las personas con discapacidad a acceder a actividades de ocio y a circular por la ciudad con accesibilidad es una prerrogativa del modelo de discapacidad basado en los derechos humanos y consiste en un campo de intervención de la terapia ocupacional que considera la participación en actividades de ocio como posibilidad de participación ocupacional de las personas con discapacidad. Comprender cómo las personas con discapacidad conciben y experimentan el ocio en su vida cotidiana en el municipio costero de Praia Grande - Brasil. **Métodos:** investigación cualitativa, narrativas de diez personas adultas con discapacidad, residentes en el mencionado municipio, entre 18 y 59 años, de diferente género, raza/etnia y clase social, y con diferentes discapacidades. Las narrativas fueron grabadas, transcritas, editadas y revisadas por los entrevistados. **Resultados:** las personas con discapacidad consideran el ocio como una ocupación significativa de recreación y entretenimiento en sus hogares y fuera de ellos, pero enfrentan varias barreras para disfrutarlo: falta de compañía por tener una red relacional debilitada y vivir en mayor aislamiento en el hogar, falta de recursos económicos, falta de accesibilidad en el transporte, en las vías y espacios públicos de la ciudad, barreras actitudinales (capacitismo) reveladas en situaciones de discriminación e infantilización. **Discusión:** La falta de accesibilidad tiene efectos profundos y perjudiciales, tanto físicos como emocionales, en la vida de las personas con discapacidad, que se vieron exacerbados durante la pandemia de COVID-19 con las medidas de distanciamiento social. **Conclusión:** Revelar la experiencia de las personas con discapacidad en su participación en el ocio resalta la necesidad de implementar la accesibilidad total para las personas con discapacidad, como lo establece la Ley de Inclusión Brasileña promulgada hace casi una década en Brasil.

Palabras-clave: terapia ocupacional. Participación Social. Ocio. Personas con Discapacidad. Planificación de la Ciudad.

Como citar:

Santos, A. K. A. D.; Nicolau, S. M. (2026). Participação social de pessoas com deficiência em atividades de lazer no município de Praia Grande – SP. Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. 10(1): 3797-3811. DOI: 10.47222/2526-3544.rbto68853

Introdução

Lazer em uma perspectiva histórica e contemporânea

O lazer como compreendemos na atualidade é uma invenção do sistema capitalista de produção, que não valoriza o ócio criativo, produzindo uma cisão entre tempo da produção e tempo de descanso, ao burocratizar e mercantilizar as relações sociais que reestruturaram necessidades, desejos e formas de consciência dos indivíduos (Almeida, 2021). Contudo, ao longo dos séculos, a definição de lazer sofreu várias alterações.

No território norte-americano, em tempos de revolução industrial, o lazer era visto como uma “atividade livre, não paga, que oferece satisfação imediata” (Dumazedier, 1973, p. 30). Já no território europeu, mais especificamente na França, o lazer era definido como “tempo que fica disponível depois das ocupações” (Dictionnaire de la Langue Française de Littré, *apud* Dumazedier, 1973, p. 30).

Apesar das diferentes percepções desse mesmo conceito, há um entendimento unânime sobre a correlação do lazer com a ideologia produtiva gerada no cenário trabalhista do mundo voltado plenamente ao capital (Dumazedier, 1973). O lazer passa a ser visto como algo a ser feito depois das ocupações.

Dumazedier (1973) define lazer como:

Conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (p. 94)

Em contrapartida, as tentativas de conceituar essa atividade em relação aos sistemas sociais produtivos não correspondem às ideias de Queiroz (2021), que posiciona o lazer como uma necessidade humana, e de Gomes (2011), que conceitua lazer como:

Um espaço político e social repleto de dimensões simbólicas que se materializam, culturalmente, no cotidiano de nossas percepções, imaginários sociais, identidades, subjetividades, sentimentos, atitudes, visões de mundo, projetos políticos de sociedade, construções intelectuais e modos de intervir em cada contexto. (p. 2)

O lazer e os espaços urbanos como área de intervenção da terapia ocupacional

A participação das pessoas com deficiência em atividades de lazer é bastante influenciada pelo ambiente geográfico e sociocultural no qual elas estão inseridas. Barreiras geográficas e comunicacionais e, até mesmo, o capacitismo – preconceito em relação às pessoas com deficiência (PcD) – as impedem de participar de diversas atividades oferecidas na cidade. Frequentemente, as pessoas com deficiência só têm acessibilidade plena a eventos culturais e esportivos quando contam com recursos de acessibilidade, que são mais comuns em eventos cobertos pela mídia e em áreas centrais de grandes centros urbanos (Queiroz, 2021).

Quando a adaptação dos locais e a oferta de recursos de acessibilidade não acontecem da maneira necessária, estão sendo feridos os direitos das PcD, os quais são garantidos pela Lei n.º13.146 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Brasil, 2015). Ademais, a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPD), tratado internacional de direitos humanos da ONU e ratificado como lei no Brasil (Brasil, 2009), assegura o direito das PcD de participação na vida cultural, na recreação, no lazer e no esporte em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, bem como garante recursos de acessibilidade (Brasil, 2009).

Atrelando os argumentos citados acima à terapia ocupacional, Martinelli (2012) afirma que as atividades de lazer contribuem para a promoção de saúde e bem-estar. Por ser caracterizado como uma atividade de escolha pessoal e de descobertas, o lazer possibilita experiências que contribuem para a ampliação da autonomia e da independência.

No caso de pessoas excluídas socialmente, como as portadoras de alguma deficiência, a condição de escolher, opinar, dizer o que é melhor para si mesmas, na maioria das vezes é determinada pelos que convivem diretamente com elas. (Martinelli, 2012, p.114)

O Modelo de Ocupação Humana (MOHO) é uma abordagem em terapia ocupacional centrada nas pessoas e nos coletivos. Baseia-se na ocupação humana e busca promover participação, identidade e competências ocupacionais. É participando das ocupações significativas que as pessoas desenvolvem habilidades e mantêm suas capacidades. A participação ocupacional inclui diversos fatores, como o ambiente, os hábitos e papéis desempenhados, a capacidade de desempenho nas atividades e a volição ou motivação (Kielhofner, 2002).

Para compreender o lazer das pessoas com deficiência a partir do MOHO, é necessário compreender como atuam os fatores acima descritos na participação ocupacional dessas pessoas. Nesse sentido, Martinelli (2012), em pesquisa cujo objetivo era investigar a importância das atividades de lazer como instrumento de inclusão em adultos com deficiência intelectual, identificou que o lazer não possui tanto espaço e significado na vida dessas pessoas. Fica evidente, portanto, que o poder de escolha dessa população é limitado. Logo, é função da terapia ocupacional promover maior autonomia e liberdade com estratégias e experiências que possam despertar o interesse do indivíduo em praticar atividades de lazer.

A terapia ocupacional também tem ampliado suas bases epistêmicas e incorporado em suas pesquisas e em suas ações os referenciais dos estudos da deficiência, que se colocam de forma crítica ao modelo biomédico. Tais pesquisas conceituam a deficiência como uma narrativa sobre corpos culturalmente fabricados, como um marcador social da diferença, uma condição que envolve corpos com alterações, mas que, em interação com os ambientes mais ou menos sensíveis às diferenças, podem experimentar mais inclusão ou exclusão social (Gomes *et al.*, 2019). Sendo assim, fica cada vez mais inviável abordar a deficiência sem levar em consideração os ambientes e os contextos de vida das pessoas com deficiência.

Se para falar de lazer das pessoas com deficiência é imprescindível investigar seus modos de vida e suas diferentes inserções nas ocupações cotidianas, em seus contextos socioculturais, também se faz necessário refletir sobre questões de políticas urbanas e do direito à cidade das pessoas com deficiência.

Correia & Gonçalves (2021) são terapeutas ocupacionais que pesquisam o direito à cidade como um direito humano e social fundamental, que está diretamente relacionado com as ocupações humanas:

Nos estudos urbanos, a cidade é uma dimensão territorial formada pelas condições da geografia física, e pelas “atividades humanas” que coletivamente as pessoas se envolvem (Serpa, 2007). A cidade, nesta concepção, compõe a imersão territorial do agir coletivo, e que, portanto, manifesta-se em estruturas e dimensões relacionadas à convivência, à sociabilidade, ao lazer, ao trabalho, à mobilidade, entre outras (Rolnik, 1995). Estas manifestações são mediadas e suportadas por estruturas e equipamentos, como as vias urbanas, os meios de transporte, os edifícios, a iluminação, os parques e praças, o mobiliário urbano, entre outros. Assim, a cidade é uma dimensão ocupacional, ou seja, um espaço social produzido pela territorialidade física, que oferece suporte para os sujeitos realizarem atividades, as quais, a partir do compartilhamento de seus significados, cumprem a função de estruturar e dinamizar os processos de sociabilidade, convivência e participação social. (Correia & Gonçalves, 2021, p. 3)

O município de Praia Grande fica a 76 km da capital paulista e recebe diversos turistas na temporada de verão devido à sua extensa orla. Ainda que haja importante investimento nas áreas de lazer da cidade, a qual recebeu conceito “A” no Mapa do Turismo Brasileiro pelo Ministério do Turismo¹, observa-se uma acessibilidade precária para as pessoas com deficiência em espaços destinados ao lazer.

Isso dificulta a sustentação da participação das PcD, conforme apontam estudos sobre a participação cultural de pessoas com deficiência nos espaços urbanos (Valente & Castro, 2016). Assim, partindo dos pressupostos de que a terapia ocupacional intervém promovendo o engajamento de pessoas e coletivos em suas atividades cotidianas e de que as PcD experimentam barreiras para a participação em atividades de lazer, neste estudo será problematizada a participação nas atividades de lazer de pessoas com deficiência residentes no município de Praia Grande.

Métodos

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, retrospectivo, empregando a metodologia de entrevistas a partir de um roteiro semiestruturado sobre a experiência de PcD em atividades de lazer no município de Praia Grande. As questões abordaram a experiência de lazer e uma delas abordou a época da pandemia da covid-19 (2020-2022), que intensificou ainda mais o isolamento domiciliar das PcD.

Após a aprovação pelo Comitê de Ética de Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Paulo, sob CAAE nº 74177323.0.0000.5505 e parecer nº 6.540.404, foram entrevistadas 10 pessoas com deficiências variadas, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, com garantia de anonimato por meio do uso de nomes fictícios. Utilizou-se a abordagem em “bola de neve” (Vinuto, 2014), que consiste em uma amostra na qual os sujeitos são escolhidos por indicação de pessoas de sua rede.

¹ Para mais informações, acesse: <http://www.mapa.turismo.gov.br>

As entrevistas foram gravadas, transcritas e editadas em formato de narrativa, as quais foram devolvidas aos entrevistados para sua apreciação, possíveis alterações e correções. Após esse processo, foram analisadas à luz de uma concepção hermenêutica, que busca compreender uma prática enunciada por meio do discurso para interpretar simbolicamente uma realidade a ser penetrada. Esse tipo de análise, por seu turno, possibilita atribuir significados e intencionalidades ao que foi narrado (Minayo, 2004).

Vale ressaltar que as pesquisas construídas a partir de relatos de experiências vividas possibilitam articular a narrativa individual a uma realidade social, na medida em que:

Cada relato [consiste em] uma forma pessoal de se exprimir o grupo ou o social, o que cada pessoa conta e o modo como o faz são construções que se determinam na vida em sociedade e, por isso, a entrevista produz sempre uma interpretação de quem relata, trabalhando o mundo exterior na própria subjetividade. Mas, seja relatando o presente, seja contando recordações, seu conteúdo não é exatamente único, mas uma experiência pessoal no interior de possíveis históricos bem determinados, que depende do modo pelo qual o narrador se posiciona socialmente e que lhe produz as concepções acerca da realidade experimentada, das quais lança mão em seu relato. (Schraiber, 2008, p. 50)

A interpretação dos relatos pessoais dos entrevistados foi embasada no debate contemporâneo da deficiência, que recusa o modelo médico que aproxima a pessoa com deficiência de uma pessoa doente que precisa ser “normalizada” para ser aceita pela sociedade. A legislação brasileira sobre PcD tem sua expressão mais recente na Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), que concebe a deficiência como o produto da relação entre corpos com impedimentos ou lesões e seus ambientes físicos e sociais. Quanto mais barreiras (arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais) no ambiente, mais as pessoas experimentam ou têm agravadas a sua condição de deficiência.

Como se trata de um estudo qualitativo e com uma amostra reduzida de entrevistados, não há a intenção de quantificar as possibilidades de experiências de lazer em uma parcela estatisticamente significativa de PcD de um município, mas de produzir uma reflexão acerca de experiências de lazer de algumas pessoas na cidade onde moram, com aspectos descritivos e interpretativos das pessoas entrevistadas e das pesquisadoras. Estas últimas, por sua vez, apoiaram-se nas concepções de lazer e de deficiência apontadas na literatura citada acima. O que as pessoas entrevistadas experimentam em sua cidade não pode ser generalizado para outros contextos, entretanto os achados empíricos das pesquisas qualitativas revelam significados e representações de sujeitos social e historicamente situados (Minayo, 2004), o que possibilita identificar as ressonâncias de suas experiências com as de PcD de outras localidades em nosso país nesse momento histórico.

Resultados

Entre os 10 participantes, 5 são homens e 5 são mulheres, que se identificaram como pessoas cisgênero e heterossexuais. Em relação à faixa etária, há quatro pessoas entre 20 e 30 anos, duas entre 35 e 45 anos e quatro entre 50 e 60 anos. No que tange à identificação raça/cor, 4 narradores se autodeclararam brancos, 3 se autodeclararam pardos e 3 se autodeclararam negros. Quanto à escolaridade, 1 pessoa tem

ensino fundamental incompleto, 5 têm ensino médio completo, 1 tem ensino superior incompleto e 2 têm ensino superior completo.

Quanto ao local de moradia, uma pessoa reside na zona 1, outra reside na zona 2 e oito pessoas residem em bairros situados na zona 3. O município de Praia Grande é distribuído em três zonas, e essa divisão se dá por meio de três extensas avenidas paralelas. A zona 1 abarca bairros com melhor infraestrutura e melhor poder aquisitivo; a zona 2 corresponde a uma área intermediária; e a zona 3 abrange os bairros mais periféricos e de menor renda do município.

Quanto ao estado civil, 6 são solteiros, 2 são casados e 2 são viúvos. Sobre a estrutura familiar dos participantes, 1 reside sozinho, 2 residem com seus filhos, 4 residem com seus pais e 2 residem com seus cônjuges e seus filhos.

Em relação às deficiências, 1 está no espectro autista, 1 é cega e tem deficiência física, 1 tem deficiência auditiva, 1 tem o membro inferior amputado e 6 têm deficiência motora. Quanto aos narradores, 1 trabalha, 1 está desempregado, 1 estuda, 3 são aposentados, 3 recebem o Benefício de Prestação Continuada e 1 recebe o Bolsa Família.

Discussão

Sentidos do lazer

Para os entrevistados, o lazer é qualquer atividade que não requeira esforço para prover a subsistência ou gerar lucro. Está relacionado a uma possibilidade de quebra de rotina, que pode exigir ou não recursos financeiros e ser realizada dentro de casa ou fora dela. Essa atividade visa, sobretudo, a promover relaxamento, distração, bem-estar e prazer para quem a pratica.

O lazer dentro de casa é composto por atividades como cozinhar, dormir, assistir a filmes, novelas, reality shows e cultos religiosos, jogar videogame, ler livros, ouvir músicas, cantar e dançar, receber amigos e familiares, brincar com os animais de estimação e fazer artesanato. Entretanto, conforme evidencia Queiroz (2020), o significado dessas atividades de lazer vai além das definições tradicionais, variando conforme as experiências pessoais e os contextos culturais, o que demonstra sua diversidade.

Para alguns, ficar em casa é prazeroso. Geralmente, são pessoas que não têm o hábito nem possibilidades de se reunir com amigos e familiares fora do espaço domiciliar ou que não gostam das atividades oferecidas no município. No entanto, para outros, ficar em casa é frustrante, por questões financeiras, de superproteção familiar, por falta de companhia, para se proteger dos olhares e das atitudes capacitistas e para evitar barreiras geográficas e comunicacionais.

Em relação à pandemia de covid-19, alguns narradores disseram que foi um período muito delicado devido à ruptura inesperada em suas rotinas que intensificou o isolamento domiciliar pelo medo do contágio. Isso, por sua vez, ocasionou a falta de concentração nas atividades diárias e o sofrimento pela falta de contato físico com outras pessoas e com o exterior.

Alguns narradores vivenciaram o luto pela perda de familiares, mas aqueles que já se encontravam em isolamento social ficaram ainda mais reclusos, como Angélica e Josie. Em contrapartida, Cris e Renata abordaram que não houve diferença, pois a rotina permaneceu a mesma.

A pandemia afetou negativamente minha ida à feira aos domingos devido ao risco de contaminação. Qualquer lugar precisava do uso de máscara, por isso me sentia presa. Desejava sair, ver as pessoas, passear, conversar, mas não encontrei quem me levasse. Até o momento, sinto um pouco disso. – Angélica

O medo e a insegurança em relação à possibilidade de contrair o vírus foram evidenciados por Adriana e Jonathan, uma vez que eram mais propensos a adquirir doenças, mesmo estando em isolamento.

Laudileia e Sabrina afirmaram ter sofrido um impacto emocional significativo na pandemia, necessitando de medicamentos com efeito calmante e apoio psicológico para lidar com as emoções reprimidas.

Fiquei extremamente afetada, tanto que, quando flexibilizou e eu fui fazer a primeira sessão de fisioterapia, eu desabei a chorar e não tinha ideia do motivo. Eu acredito que era sobre tudo aquilo que estávamos carregando e foi um alívio, mas ainda havia muita dor. Ter essa dor e perceber que outras pessoas também sentem o mesmo é emocionalmente desgastante. – Laudileia

Em meio a isso, eles buscaram reconfigurar o período distraindo suas mentes com jogos, programas de televisão, atividades físicas, ligações de vídeo para amigos e familiares, entre outras atividades. Hoje, sentem-se contentes ao retomarem suas rotinas:

[...] para que eu não perdesse o hábito de me exercitar, a minha treinadora passava alguns alongamentos e pedia para que nós, alunos, gravássemos para ela nos acompanhar. Em casa, me distraía vendo séries, novelas, mas sempre acabava vendo os noticiários. – Sabrina

A pandemia de covid-19 provocou impactos profundos e prejudiciais à vida das pessoas com deficiência, tanto físicos quanto emocionais. A ruptura nas rotinas acentuou o sedentarismo e, conseqüentemente, o uso de aparelhos eletrônicos, especialmente entre aqueles que dependiam de equipamentos públicos ou do auxílio de terceiros para se manterem ativos, revelando desigualdades sociais marcantes. Enquanto alguns conseguiram adaptar suas atividades físicas em casa, outros enfrentaram as limitações de espaço e acesso à tecnologia e a ausência de apoio, o que intensificou o sofrimento psíquico (Malta *et al.*, 2020).

Quanto às atividades realizadas fora de casa, as mais citadas foram: ir ao shopping, viajar, ir à praia, fazer trilhas, apreciar a natureza, visitar clubes de piscina, assistir a *stand-up comedy*, sair com os amigos, ir à feira livre, participar de eventos culturais como shows, exposições, saraus e peças teatrais, praticar exercícios físicos, fazer piquenique com a família nos parques da cidade e ter momentos de qualidade com os cônjuges. A exemplo disso, Laudileia menciona:

Acredito que o lazer seja o fator que leva à diminuição da ansiedade, depressão, isolamento e outros fatores que nos levam a ter uma participação social. É muito importante interagir com o outro fora do ambiente em que está inserido. Isso significa inclusão.

Além disso, a vontade de viver com maior qualidade de vida, o desejo de quebrar paradigmas e ocupar espaço e o receio de os quadros depressivos e físicos se agravarem são o que os motiva a realizar tais atividades.

Barreiras para o lazer e o direito à cidade

Para alguns, o que impede as atividades de lazer está relacionado à falta de companhia, pois alguns não têm autonomia para sair sozinhos de casa. Outros referem que não saem porque são cuidadores de familiares, porque não têm recursos financeiros, por não terem conhecimento de locais de lazer gratuitos ou com desconto, pela falta de divulgação dos eventos por parte da prefeitura e pela grande distância de suas casas aos locais de entretenimento. Os eventos da cidade ocorrem em bairros mais centrais e a maioria dos participantes reside em áreas periféricas.

O que dificulta meu lazer é o cansaço. Há três anos, minha mãe sofreu um acidente vascular encefálico e eu fiquei com a responsabilidade de cuidar dela, já que meu irmão mais velho trabalha de dia e à noite está na faculdade e minhas irmãs sempre viajam com as pessoas da igreja. [...] Pedi ajuda para minha tia porque quero sair para passear, espairecer a mente, mas ela é muito ocupada, então minhas irmãs se aproveitam da situação para não se responsabilizar pela nossa mãe. – Josie

Os relatos revelam que a cidade tem uma carência de atividades esportivas voltadas para as pessoas com deficiência, pois os programas esportivos priorizam apenas aqueles que buscam o esporte competitivo e de alto rendimento. Também referem a falta de atividades que contemplem seu gosto cultural, pois segundo os participantes do estudo, a cidade já possui uma cultura pré-estabelecida de acordo com as características dos municípios. Isso faz com que haja poucas opções de eventos em locais com teatros, shopping, parques e praias, levando à procura por atividades novas em cidades vizinhas.

Algo que sinto falta na cidade é a falta de atividades físicas voltadas para as pessoas com deficiência, pois só temos a pista de atletismo localizada no kartódromo, que oferece atividades em nível de competição. Você realiza um teste de aptidão e, caso obtenha um bom resultado, começa a se dedicar nos treinos. Dessa forma, não há lugar além da academia da saúde para fazermos algo. – Jonathan

Ademais, questões fisiológicas, como cansaço e dor pela ausência de acessibilidade em eventos, são fatores citados como barreiras ao lazer, bem como a falta de preparo nos locais para recebê-los e a falta de acessibilidade atitudinal e arquitetônica nos espaços públicos da cidade. Além de não proporcionarem autonomia e segurança, provocam uma sensação de inferioridade, infantilidade e falta de identificação, afetando negativamente a saúde mental dos narradores.

Ano passado, especificamente no meu aniversário, saí para comemorar em um estabelecimento na cidade. Fiz a reserva e não disse que eu era cadeirante, pois achei que não teria necessidade e, chegando no local, percebi que o banheiro para pessoas com deficiência era utilizado como depósito e não estava limpo. – Adriana

Os locais mais frequentados eram o parque da cidade, o shopping, o kartódromo municipal, Programa de Incentivo à Cidadania (PICs) e Centro de Apoio à Família do Educando (CAFEs) e a academia da saúde. Por outro lado, os menos frequentados eram a praia e o palácio das artes, devido às dificuldades de acesso.

O parque da cidade oferece espaços para a prática de atividades físicas, como academias ao ar livre, espaços de recreação para as crianças, lugares para cães, ciclovia para caminhada e quiosques, onde as pessoas se reúnem para conversar e fazer piqueniques. Apesar de a academia ter aparelhos que podem ser adaptados, Laudileia ressaltou que é preciso levar acessórios para complementar a prática. É importante destacar que, dos cinco quiosques presentes no parque, apenas um tem rampa de acesso.

Já teve vezes de os profissionais do Centro Especializado em Reabilitação nos trazerem aqui para fazermos a fisioterapia ou um piquenique, mas o espaço não comporta um grupo grande de PcD, então alguns fazem as atividades nos quiosques sem acessibilidade. Para isso, os fisioterapeutas nos pegam no colo para nos colocar em cima do quiosque. – Jonathan

Os narradores costumam se reunir com amigos e parentes para fazer churrasco no Portinho. Apesar de o espaço oferecer diversas atividades, os narradores abordam o desejo de participar de atividades marítimas, como canoagem e vela, que são oferecidas pelo Programa Super Escola e destinadas ao público infantojuvenil. A partir daí, sugere-se que a prefeitura se inspire nos projetos das outras cidades e crie um que contemple o público em geral. Também é necessária uma piscina para a prática de natação e hidroterapia para as PcD, já que as piscinas da cidade são utilizadas para competições ou hidroginástica.

No kartódromo, o Estação Verão Show é o mais frequentado devido à variedade de artistas que se apresentam, pois há o benefício da gratuidade para as PcD mediante a apresentação do laudo médico. Nesse caso, é necessário pagar apenas 50% do valor pelo acompanhante. Contudo, há narradores que deixam de comparecer devido ao fato de o evento não contemplar suas preferências musicais, optando por ir a outras cidades que oferecem o mesmo evento. Alguns se sentem incomodados pela quantidade de pessoas ou por terem tido experiências negativas em relação à organização e à estrutura do evento nas edições anteriores.

Se o espaço não proporciona isso (inclusão), acaba impedindo essa interação. Acredito que os equipamentos devem primeiramente observar a pessoa e, em seguida, o ambiente para oferecer algo. – Laudileia

Durante o verão, eu fui ao show de Ludmilla e Alok com minha prima. No entanto, achei que o espaço destinado a pessoas com deficiência estava muito distante do palco, enquanto, nas edições anteriores do Estação Verão Show, era mais próximo e permitia uma melhor visualização dos artistas. Sobre a acessibilidade do local, a rampa desse espaço estava muito inclinada para um deficiente físico subir. – Sabrina

Essas experiências evidenciam que a acessibilidade e a inclusão em eventos culturais vão além do aspecto físico, envolvendo, também, a adequação do espaço às necessidades e às preferências das pessoas com deficiência. A falta de infraestrutura adequada e de consideração pelas particularidades

individuais limita a participação e a interação social, comprometendo o direito ao lazer, à cidade e à convivência comunitária (Correia & Gonçalves, 2021).

Nesse sentido, o programa de academia da saúde é uma estratégia para promover a saúde e a produção de cuidado, com o intuito de incentivar atividades físicas para indivíduos de todas as idades. Há aqueles narradores que não participam do programa por medo de não serem acolhidos pelos professores e pelos alunos ou por falta de conhecimento, mas há outros que o fazem para manter a saúde. No entanto, o local não é acessível para pessoas com deficiência, mas há unidades em que os professores adaptam os exercícios para que todos sejam incluídos. Em relação à estrutura do local, há unidades que possuem cobertura e outras em que as atividades são realizadas ao ar livre, o que torna a chuva um fator limitante, pois o local alaga e as atividades são suspensas sem previsão de retorno.

Fiquei muito contente ao ser convidado por um amigo para ir à academia da saúde que ele frequenta, pois o professor adapta os exercícios de acordo com minhas necessidades para que eu não fique de fora das atividades. Também me senti muito acolhido pelos alunos. [...] Se houvesse uma unidade próxima à minha casa, eu iria se eu me sentisse acolhido pelo professor, já que poucos são empáticos o bastante para adaptar as atividades para os PcD. Isso me deixa triste, porque as pessoas esquecem que devemos participar e ser incluídos. – Luis

A praia é o cartão-postal da cidade, um dos pontos turísticos mais procurados. No entanto, é o local menos acessado pelos narradores, visto que o que mais os atrai é o projeto Praia Acessível. Além disso, o polo do projeto fica localizado no bairro Canto do Forte, na zona 1, o que torna difícil o acesso de quem mora nos bairros distantes.

Já faz 8 anos que não vou à praia. Deixei de ir por conta do trabalho e de ser distante de casa, mas, depois que não pude mais ir, me lembrei de que não era tão longe assim. Sempre priorizamos outras coisas. Eu passava todos os dias pela praia, mas não descia do ônibus por falta de tempo. – Angélica

Com a chegada do verão, a prefeitura inaugura a Estação Verão Praia, onde são montadas arenas em dez bairros para oferecer atividades gratuitas a pessoas de todas as idades, como oficinas, exposições artísticas, atividades esportivas e aulas de dança. Durante a última edição, houve divulgação nas mídias sociais de atividades destinadas a pessoas com deficiência. Entretanto, a atividade foi oferecida apenas em um dia na arena da Guilhermina e o vôlei adaptado foi realizado na arena do Canto do Forte, pois não houve procura nos outros espaços. Isso levanta questionamentos se a divulgação foi insuficiente ou realizada em cima da hora, limitando o alcance e a participação do público-alvo.

Os discursos oficiais divergem das vivências dos narradores, uma vez que a praia não é acessível para esses indivíduos, pois não há esteira de vinil entre o posto e o mar. O caminho deve ser feito pela areia fofa e em meio aos turistas, que não respeitam o espaço e o ocupam com guarda-sóis. Destaca-se, também, a carência de monitores para auxiliá-los, a falta de equipamentos e a má conservação das cadeiras.

É muito difícil você ter um mar no quintal e não poder desfrutar, porque você adia e prefere ir quando estiver acompanhada. Queremos que esse espaço seja nosso também, da maneira mais autônoma possível. – Laudileia

Além disso, o programa recomenda que os usuários estejam acompanhados para preencher a ficha de cadastro e que os acompanhantes os levem para o mar, devido à falta de um profissional para exercer essa função. Isso acaba limitando o acesso de PcD sem acompanhante e faz com que as pessoas que são independentes percam sua autonomia. Sendo assim, o programa é quase acessível e o limite é chegar até o calçadão.

A prefeitura não quer responsabilidade e é bom para ela mostrar que está a favor das pessoas com deficiência, reforçar a imagem de cidade inclusiva para os turistas e evitar se apegar à demanda desse público. [...] Tenho a impressão de que a prefeitura se sente segura ao cumprir seu dever e, dessa forma, a chance dos munícipes de questionar o acesso à praia acessível é menor, pois denúncias e reclamações expõem o projeto. – Cris

Quanto ao Palácio das Artes, é destacada a falta de interesse em frequentar o local, a falta de atividades e a desatualização do acervo da biblioteca municipal, além da falta de acessibilidade para chegar ao local, pois é preciso utilizar ônibus ou fazer um longo trajeto entre as avenidas, visto que não há semáforos nem faixas de pedestre. Portanto, aqueles que escolhem caminhar do Terminal Tude Bastos até o teatro precisam atravessar um túnel. Há um em cada bairro da cidade, que permite a travessia entre as zonas 2 e 3, ir até o centro comercial e retornar. Devido a esses fatores, não há procura dos moradores, a não ser em épocas festivas, em que as vendas de ingressos sociais e para PcD são realizadas no local.

Em relação ao transporte público, os narradores mencionam o longo trajeto para chegar aos locais, o que pode levar cerca de uma hora e, às vezes, é necessário fazer baldeação entre as linhas de ônibus, sob o risco de perder compromissos ou eventos.

No que diz respeito à conduta dos funcionários da empresa de ônibus na esfera municipal, Sabrina pontua o descaso dos motoristas em relação às suas limitações:

Houve uma ocasião em que eu estava no terminal rodoviário e o motorista saiu com o ônibus, alegando que não havia me visto. Outra situação ocorreu quando estava no ônibus. Apertei a campainha para desembarcar, mas, como ela estava quebrada, o motorista não ouviu e passou direto do ponto em que eu iria descer. Dessa forma, tive que caminhar bastante até chegar em casa.

Essa é uma situação recorrente com os participantes e sempre resulta em uma queixa do condutor à empresa, como diz Luís:

Eu precisei fazer uma queixa do motorista na empresa de transporte público porque ele não concordou em parar o ônibus no lugar solicitado e parou em um local onde a guia é muito baixa e o elevador não conseguia ficar na altura.

Além disso, a falta de conhecimento da população sobre as deficiências invisíveis e os seus respectivos direitos resulta em falta de empatia dentro do transporte coletivo, o que foi evidenciado por Jorge:

Uso transporte público todos os dias e, mesmo eu usando o colar de girassol, as pessoas ainda não sabem seu significado. Nem sempre eu quero ir sentado, mas as pessoas não percebem que eu tenho o direito de usar o assento prioritário e podem não reagir bem ou não se mostram dispostas a ceder o lugar caso eu queira. Essa é apenas uma das diversas barreiras que quem tem deficiência invisível enfrenta nos transportes coletivos.

Também foram abordados os problemas enfrentados com os carros de aplicativos, nos quais os motoristas cancelam a corrida e aplicam uma penalidade pelo deslocamento quando percebem que o cliente é cadeirante.

Os narradores descrevem as vias públicas como irregulares devido à falta de planejamento urbano, com calçadas sem guias em frente aos equipamentos públicos ou rampas muito inclinadas e calçadas com acesso para subida, mas não para descida. Além disso, as calçadas adequadas para o tráfego estão ocupadas por veículos estacionados, o que os leva a andar no canto da rua e pode resultar em acidentes.

Qual é a maneira de acessá-la, uma vez que é um dos poucos lugares em que me sinto segura? [...] Preciso caminhar pelo quarteirão para evitar andar nas calçadas, o que me leva a afirmar que não há um plano de ação. A responsabilidade não é exclusiva de uma secretaria, mas sim de várias. Não há comunicação entre elas? – Laudileia

Houve relato de situação em que a PcD não conseguiu entrar num estabelecimento e seu acompanhante pediu para que os funcionários realizassem o atendimento do lado externo ou colocassem uma rampa móvel. Outros relatam a dificuldade de se locomover pelas avenidas comerciais, onde há manequins e barracas dispostos nas calçadas, lojas com degraus na entrada ou rampas estreitas. Assim sendo, o método encontrado para fazer compras consistia em permanecer do lado externo do estabelecimento enquanto o acompanhante selecionava os itens e os levava até a pessoa para aprovação.

Agora entendo o que as pessoas com deficiência enfrentam no dia a dia. [...] Não saio para não me estressar. Sinto vergonha ao chegar no local e não entrar. – Renata

Facilitadores para o lazer e sugestões de melhoria

Os relatos ressaltaram mais as situações problemáticas que as PcD vivenciaram em relação ao lazer, mas há eventos organizados pela prefeitura que foram elogiados, porém com algumas ressalvas. O Festival Paradesportivo de Lazer, por exemplo, foi organizado pela prefeitura e elogiado por um narrador, pois o objetivo do evento era proporcionar lazer e inclusão social por meio de atividades físicas para as PcD. A única crítica foi a de que não houve distinção de idade durante as atividades (crianças e adultos participavam juntos) e as experiências de esportes, como vôlei sentado e basquete sobre rodas, foram simbólicas para permitir que os participantes vivenciassem apenas a experiência em habilidades como o saque ou arremessar uma bola de basquete a uma cesta em altura mais baixa, não sendo possível vivenciar um jogo entre adultos.

O evento permitiu a interação entre as pessoas com diversos tipos de deficiência, contribuindo para a sensação de pertencimento e a renovação das energias dos participantes. Isso, por seu turno, influencia a mudança de hábitos para uma melhor qualidade de vida e trocas de experiências. Porém, a presença de vereadores causou desconforto nos participantes, devido ao início do período eleitoral e, conseqüentemente, o desejo de conquistar os votos desse público.

Além disso, o evento atendeu às expectativas do público, mas foram apresentadas sugestões para que as próximas edições fossem realizadas no Quadradão, para acomodar mais pessoas, oferecer mais opções de atividades ao ar livre, investir na logística caso o evento cresça, oferecer transporte adaptado para pessoas que moram longe do local e promover uma divulgação eficaz em locais de grande movimentação de pessoas, como hospitais, instituições e terminais rodoviários. A primeira edição foi divulgada poucos dias antes da sua realização.

As sugestões de melhoria ressaltaram a necessidade de garantir o acesso aos transportes públicos e de eventos em localidades mais periféricas da cidade, mais próximo de suas residências e com oferta de transporte para que as PcD possam chegar com mais facilidade. Em relação aos meios de divulgação, relatam que eles se concentram nas redes sociais virtuais e nem todos as acessam. Dessa forma, são necessários mais cartazes nos equipamentos dos bairros dos eventos e nos locais em que circulam mais PcD na cidade. Além disso, os participantes relataram que sempre há mais apoio e oferta para atividades para as crianças do que para adultos PcD.

Finalmente, a questão do capacitismo esteve presente em diversos relatos, que denunciaram tratamento discriminatório por motoristas de ônibus, que não paravam no ponto aos ver cadeirantes, e de transporte por aplicativos, que recusavam as viagens ou recebiam os passageiros PcD de forma rude. Estabelecimentos comerciais também oscilam entre um tratamento infantilizado ou rude em relação às pessoas com deficiência, o que requer uma mudança de cultura.

Às vezes, as pessoas não entendem a minha fala e pensam que estou colocando um defeito, mas apenas digo como todos esses fatores atitudinais, comunicacionais e estruturais interferem na minha vida e na minha saúde. São coisas complexas, mas que estão interligadas. Contemplam o transporte público, a saúde e a segurança. Eu gosto de morar aqui, mas a cidade ainda não está totalmente preparada e tem grande potencial para se tornar referência em turismo acessível devido à sua topografia plana. Eu vejo que é possível. – Laudileia

Conclusão

A presente pesquisa se serviu do recurso das narrativas para retratar, de uma maneira mais sensível e detalhada, uma realidade ainda pouco visibilizada em pesquisas sobre as pessoas com deficiência, que são suas experiências de lazer no município em que vivem. Por se embasarem na experiência, os relatos ilustram as barreiras enfrentadas pelas PcD em sua relação com os ambientes social e físico.

Cada vez mais, os relatos dos participantes devem ser valorizados nas pesquisas sobre essa população, na medida em que a legislação brasileira já opera com o conceito de pessoa com deficiência construído pelo ativismo internacional em prol dos direitos humanos desse segmento populacional, o que construiu

a Convenção Internacional de Direitos das PcD e considera pessoas com deficiência como “aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual e social, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Brasil, 2009; Brasil 2015).

As singularidades das experiências ilustram questões sociais relevantes que impedem uma inclusão efetiva das PcD em atividades de lazer em seu município de residência. Além disso, alertam para o fato de que elas são cidadãs que necessitam ser mais ouvidas pelos gestores públicos para que se construam políticas públicas que reconheçam suas especificidades e seu direito ao lazer de forma mais plena e inclusiva.

Referências

- Almeida, M. F. (2021). O conceito de lazer: uma análise crítica. *Revista novos rumos sociológicos*, 9(16).
- Brasil. (2009). *Decreto nº 6.949, Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência*. Diário Oficial da União. <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=26/08/2009&jornal=1&página=7&totalArquivos=104>
- Brasil. (2015). *Lei nº 13146, 6 de julho. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*. (2015, de julho). Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm
- Correia, R. L., & Gonçalves, M. V. (2021). terapia ocupacional e o direito à cidade. *Cadernos Brasileiros de terapia ocupacional*, 29(2757a). <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoARF2082>
- Dumazedier, J. (1973). *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva.
- Gomes, C. L. (2011). Estudos do Lazer e Geopolítica do Conhecimento. *LICERE – Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, 14(3). <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2001.762>
- Gomes, C. L. (2008). *Lazer; trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Gomes, R. B., Lopes, P. H., Gesser, M., & Toneli, M. J. F. (2019). Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência. *Revista Estudos Feministas*, 27(1), (e48155). <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n148155>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). *Censo Brasileiro de 2022*. Panorama. <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/mapas.html?localidade=&recorte=N6>
- Kielhofner, G. (2002). *Model of human occupation theory application*. Baltimore: Williams & Wilkins.

Malta, D. C., Szwarcwald, C. L., Barros, M. B. A., Gomes, C. S., Machado, I. E., Souza Júnior, P. R. B., Romero, D. E., Lima, M. G., Damacena, G. N., Pina, M. F., Freitas, M. I. F., Werneck, A. O., Silva, D. R. P., Azevedo, L. O., Gracie, R. (2020). A pandemia da COVID-19 e as mudanças no estilo de vida dos brasileiros adultos: um estudo transversal, 2020. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 29(4), e2020407. <https://dx.doi.org/10.1590/s1679-49742020000400026>.

Martinelli, S. A. (2011). A importância de atividades de lazer na terapia ocupacional. *Cadernos Brasileiros de terapia ocupacional*, 19(1).

<https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/429>

Minayo, S. M. (2004). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. (9 ed.). Hucitec.

Queiroz, A. C. (2020). *O lazer na assistência terapêutica ocupacional a usuários adultos: percepção dos terapeutas ocupacionais dos centros de referência em saúde mental de Belo Horizonte/MG*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais]. <https://hdl.handle.net/1843/35848>

Queiroz, A. C. (2021). *Lazer, uma ocupação necessária: Reflexões terapêuticas ocupacionais*. Belo Horizonte. Editora Saci.

Quelles, D. S. A. C., Simões, P. C., & Freitas, P. A. (2021). "Nos encontramos lá fora": diálogos sobre a adolescência e lazer na perspectiva terapêutica ocupacional" In: Queiroz, A. G. (Org). *Lazer, uma ocupação necessária: Reflexões terapêuticas ocupacionais*. Editora Saci: Belo Horizonte, 28.

Schraiber, L. B. (2008). *O médico e suas interações: a crise dos vínculos de confiança*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild.

Valente, I. U., & Castro, E. D. (2016). Por entre linhas dos dispositivos: desafios das práticas contemporâneas na interface terapia ocupacional e cultura. *Cadernos de terapia ocupacional UFSCar*, 24(4), 837-848. <https://doi.org/10.4322/0104-4931.ctoEN0666>

Vinuto, J. (2014). *A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto*. Temáticas, Campinas, SP, 22(44), 203-220.

<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>

Contribuição dos autores: A. K. A. D. S.: Elaboração, coleta de dados, formatação, análise dos dados, revisão do texto. S. M. N.: Orientação do trabalho, análise dos dados, revisão do texto.

Fonte de financiamento: CNPq/CAPES.

Recebido em: 24/06/2024

Aceito em: 29/09/2025

Publicado em: 31/01/2026

Editor(a): Ana Carollyne Dantas de Lima